



NEGÓCIOS SUSTENTABILIDADE



Energia: porque não aproveitamos o sol?

352 dias de sol. É desta forma que Portugal se apresenta ao mundo. Ou pelo menos é uma das principais reivindicações no que concerne à mensagem publicitária turística. No entanto a energia solar não é, nem de perto nem de longe, a principal fonte de energia renovável. Mas este é um cenário que poderá mudar nos próximos anos.

ALEXANDRA COSTA

Em março, segundo dados da APREN, Portugal continental gerou 4.252 GWh de eletricidade, dos quais 88,5% foram de origem renovável, com a energia hídrica a dominar (43%) seguida da eólica (25%). A energia solar vem em sexto lugar no ranking com apenas 3,3%. Sendo que este valor tem permanecido relativamente inalterado desde, pelo menos, 2019. O que leva a esta situação? Porque é que Portugal não aproveita a energia solar tendo em conta todos os dias de sol de que beneficia? Afinal a Alemanha, que não tem essa benesse, pelo menos como Portugal, tem 4,8 GW de energia solar instalada, sendo o maior mercado de energia solar da Europa.

Sobre isto Francisco Ferreira, presidente da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, refere que a energia solar não serve apenas para a geração de eletricidade. E lembra que esta é “muito importante no aquecimento de águas sanitárias e em usos ainda limitados como a produção de calor na indústria”, acrescentando que “o relativo atraso de Portugal, comparativamente com outros países europeus, prende-se principalmente com o recurso ao uso de painéis no setor residencial”.

Já Pedro Amaral Jorge, CEO da APREN, lembra que a primeira central fotovoltaica em Portugal surge em 2006 e que, na altura, “a tecnologia solar era considerada pouco madura, com custos de produção (LCOE) elevados e

com uma vertente mais direcionada para a instalação local e, como tal, pouco competitiva com o solar termoelétrico, que à data se encontrava em expansão na Península Ibérica, com os projetos de maior dimensão em Espanha”. Quando, finalmente, a tecnologia começa a mostrar ser promissora Portugal entra em crise económica e financeira, o que fez com que o setor praticamente estagnasse. Mais precisamente, e dado que houve um novo enquadramento económico e legislativo, “todo o setor renovável esteve sete anos sem que qualquer concurso fosse realizado, permanecendo apenas com o incentivo à pequena produção”.

Feitas as contas, constata Pedro Amaral Jorge, “em 10 anos (2006-2016), o setor solar fotovoltaico vê apenas a instalação de 600 MW de capacidade (potência instalada), dos quais cerca de metade eram centrais de larga escala detidas por pequenas e médias empresas”.

Recentemente, o Governo anunciou vários leilões de solar fotovoltaico. Mas serão suficientes para inverter este cenário? O CEO da APREN coloca em causa o facto de estes se basearem “num mecanismo financeiro com um critério único, o do preço” e questiona se não deveriam ser usados, de forma complementar, “outros critérios complementares, como o de sustentabilidade ambiental, os de incorporação de valor acrescentado bruto local e nacional, e que também beneficiem transversalmente o Sistema Elétrico Nacional (SEN)”.

Afinal, “o setor solar fotovoltaico precisa de uma estratégia coesa assente em pilares que ofereçam uma transição energética justa para a sociedade com redução de custos, mas que também

promova um setor gerador de cadeias de valor sustentáveis”.

Investir no solar, cumprir as metas da União Europeia

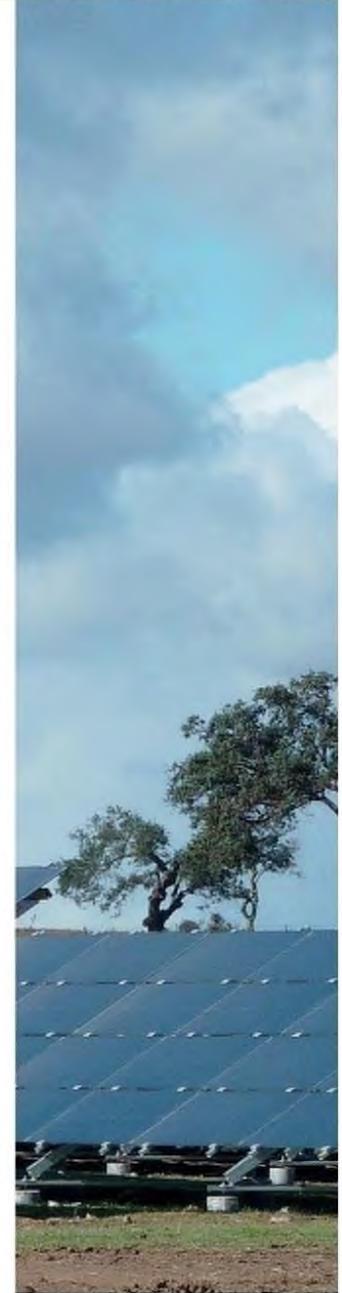
A questão não se prende apenas com o não aproveitamento de uma energia renovável, mas, também, com o cumprimento das metas estabelecidas pela União Europeia no que concerne à utilização das energias renováveis, nomeadamente com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica para 2050. No entanto, “embora o PNEC 2030 tenha previsto uma capacidade total instalada e a operar em 2020 de 2 GW, encontramos-nos bastante abaixo desse valor, com uma capacidade instalada de 1,03 GW, o que não deixa de ser preocupante, visto que para 2025 estão previstos 6,6 GW e, em 2030, 9 GW”, refere o CEO da APREN, acrescentando que, nos próximos cinco anos, para acelerar o desenvolvimento e instalação da capacidade solar fotovoltaica, “serão utilizadas essencial-

mente duas ferramentas pelo Governo, leilões para atribuição de capacidade de injeção na rede e possibilidade de os promotores desenvolverem, junto com os operadores da RESP, os reforços de rede nas situações em que não haja capacidade de receção (idealmente para projetos de grandes dimensões)”.

Quando as medidas estiverem implementadas e a capacidade fotovoltaica atingir os 9 GW definidos pelo PNEC 2030 Pedro Amaral Jorge acredita que “a energia solar ficará a par com a capacidade eólica instalada prevista (9,3 GW), com o mesmo peso, em termos de potência, na produção de eletricidade e neste caso as duas energias de maior destaque a par com a hídrica”.

Já Francisco Ferreira refere que, para atingir o objetivo de 7 GW de potência instalada, é “necessário ainda acrescentar a potência renovável associada ao solar para responder à produção de hidrogénio verde (da ordem de 1 GW)”. É certo que o Governo está a dar resposta, através dos leilões já efetuados. Mas, acrescenta o presidente da ZERO, “o processo é mais complexo, na medida em que há aspetos ambientais muito relevantes que fazem parte da equação e podem legitimamente atrasar a implementação de grandes centrais solares”. O principal problema (ou desafio)? A localização dessas centrais fotovoltaicas. É importante que fiquem em áreas próximas de pontos de acesso à rede elétrica, no entanto, isso pode “conduzir a conflitos em termos do tipo de terreno ocupado, sensível em termos de paisagem, ou em área relevante em termos de conservação da natureza, já que estamos por vezes a considerar parques solares com mais de mil

Em março, as energias renováveis foram responsáveis por 79,4% da energia. O solar apenas representa 3,3% da energia gerada.



O Governo anunciou recentemente vários

hectares de implantação”.

No cenário ideal, em que há produção de energia centralizada e descentralizada, e prevendo o cumprimento do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), isso significa que “o solar seja a tecnologia com maior potência instalada”, afirma o CEO da APREN, registando um total de 26 GW.

Toda a investigação feita, no sentido de proporcionar inovação no mundo da energia solar, vai permitir, ainda mais, uma maior

Os decisores dos prémios

A sustentabilidade é o grande desafio do nosso tempo, por isso este projeto desafia as empresas e entidades, em território nacional, a juntarem-se a esta ação pela sustentabilidade global. O Prémio Negócios Sustentabilidade 20 | 30 visa reconhecer, inspirar, promover e divulgar o trabalho e a atuação de empresas e organizações, de norte a sul do país, que se distingam nas diversas áreas relacionadas com a sustentabilidade, dando-lhes visibilidade e destaque.

O júri independente, for-

mado por 36 especialistas nas várias componentes da sustentabilidade, analisou 88 candidaturas em busca dos melhores exemplos, práticas que possam ajudar Portugal a tornar-se mais sustentável e a valorizar os melhores casos de sustentabilidade. O objetivo é mudar comportamentos e a incentivar formas de viver e trabalhar mais sustentáveis. Além dos prémios nestas sete categorias também serão atribuídos os prémios Personalidade e Resiliência e Resposta a Choques Disruptivos. ■

● FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

Presidente do júri **Clara Raposo**, presidente, ISEG

Francisco Veloso, diretor (dean) da Imperial College Business School

Isabel Ucha, managing board member, Euronext e CEO, Euronext Lisbon

João Pratas, presidente, APFIIP

José Crespo de Carvalho, presidente do ISCTE Executive Education

Ricardo Nogueira, senior advisor at Pollination

● DIGITAL E IA

Presidente do júri **Arlindo Oliveira**, professor catedrático, IST

Alexandre Nilo Fonseca, presidente, ACEPI

João Nuno Bento, CEO, Novabase

Luísa Ribeiro Lopes, presidente, dns.pt

● IGUALDADE E DIVERSIDADE

Presidente do júri **Margarida Couto**, presidente, Grace, e sócia, Vieira de Almeida

to da pandemia e a revolução da sustentabilidade, da transição energética, das alterações climáticas". Assinalou que a "pressão é irreversível para este movimento de transição energética, para a sustentabilidade, no sentido mais lato".

Durante a conferência "O Digital e a Inteligência Artificial", o secretário de Estado para a Transição Digital sublinhou que é "impossível pensar sustentabilidade

sem pensar na dimensão digital", afirma André de Aragão Azevedo, tendo recordado um discurso da presidente da União Europeia, Ursula Von Leyen, que colocou a tónica na necessidade de abordar as duas agendas em paralelo, a agenda verde e a agenda digital.

Dois prémios especiais

No semestre seguinte seguiram as sete conferências temáticas rela-

Prémios em direto

Saiba em direto quem são os vencedores da primeira edição do Prémio Nacional de Sustentabilidade 20|30 a 15 de abril. Apesar das condições atípicas em que vive, foram recebidas mais de oito dezenas de candidaturas, que têm grande qualidade, e que foram um desafio para o júri. Conheça as empresas e organizações que se destacam pela sua atuação e boas práticas de sustentabilidade nas diferentes áreas ambiental, social e governance.

ASSISTA EM DIRETO,
DIA 15 DE ABRIL PELAS 15H00,
EM www.jornaldenegocios.pt

António Saraiva, presidente, CIP

Filipe Almeida, presidente, Portugal Inovação Social

Filipe Santos, dean, Católica Lisbon School

of Business and Economics e presidente da EVPA

Isabel Barros, administradora executiva, Sonae MC

● BEM-ESTAR E CIDADES SUSTENTÁVEIS

Presidente do júri **Miguel de Castro Neto**, subdiretor,

NOVA Information Management School, e coordenador,

NOVA Cidade - Urban Analytics Lab, ex-secretário de Estado do

Ordenamento do Território e Conservação da Natureza

José Manuel Pedreirinho, ex-presidente, Ordem dos Arquitetos

Luísa Schmidt, socióloga e investigadora, ICS

Miguel Eiras Antunes,

partner, Smart City, Smart Nation and Local Government da Deloitte

Paula Teles, CEO, Mobilidade PT

cionadas com as sete categorias do Prémio Negócios Sustentabilidade 20 | 30 que cobrem três grandes áreas da sustentabilidade: Social, Ambiental e Económica. As categorias dos prémios são as Finanças Sustentáveis, o Digital e IA, a Igualdade e Diversidade, o Bem-estar e Cidades Sustentáveis, a Descarbonização, a Economia Circular, e a Comunicação de Sustentabilidade.

São ainda atribuídas duas categorias especiais de prémios, Personalidade, e Resiliência e Resposta a Choques Disruptivos, que não estavam sujeitos a candidatura e os vencedores foram escolhidos pelos membros do júri.

No prémio Personalidade, os 36 membros de júri tiveram de identificar, votar e eleger, uma personalidade que se tenha destacado pela sua conduta e atuação



Não faz sentido estarmos a preparar o futuro e não o fazermos com uma relação com o ambiente muito mais saudável do que tem acontecido até agora.

ELISA FERREIRA
Comissária europeia
da Coesão e Reformas

Não tenho dúvidas de que a sustentabilidade vai ser tanto a palavra da década como a do século.

JOÃO WENGEROVIUS MENESES
Secretário-geral da BCSD



em prol da sustentabilidade no âmbito social, ambiental e económico.

O prémio Resiliência e Resposta a Choques Disruptivos destina-se às organizações que tenham demonstrado uma resiliência extrema ao choque externo provocado pelo novo coronavírus SARS-CoV2, bem como iniciativas e contributos de resposta em prol da sociedade. ■